



GRUPO PARLAMENTAR

PROPOSTA DE LEI N.º 20/XIV/1.ª (GOV) – Estabelece um regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal, bem como um regime excecional de endividamento das autarquias locais, no âmbito da pandemia da doença COVID-19

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

«Artigo 2.º

Regime excecional de cumprimento das medidas previstas nos Programas de Ajustamento Municipal

1 - [...]

2 - O disposto no número anterior aplica-se apenas quando estejam em causa despesas destinadas à promoção de apoios sociais aos munícipes afetados pelo surto da COVID-19, de atribuição de apoios sociais, à aquisição de bens e serviços relativos à proteção da saúde pública, bem como a outras medidas de combate aos efeitos da pandemia da COVID-19, desde que devidamente fundamentados.

3 - [...]

a) [...]

b) [...]

c) [...]

d) [...]



GRUPO PARLAMENTAR

- e) [...]
- f) O apoio ao sector social e solidário e a pessoas em situação de vulnerabilidade;
- g) [...]
- 4 - [...]

- [...]

Artigo 6.º

Norma interpretativa

Para efeitos do disposto no n.º 10 do artigo 128.º da Lei n.º 2/2020, de 31 de março, às autarquias locais que a 31 de dezembro de 2019 tenham reconhecidas nas suas contas as dívidas objeto de acordos de regularização de dívidas a celebrar em 2020, pode ser excecionalmente autorizada mediante despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais e do ambiente e da ação climática, a ultrapassagem ou o agravamento do respetivo incumprimento do limite previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, incluindo a dívida de serviços municipalizados ou intermunicipalizados e de empresas municipais ou intermunicipais.»

Palácio de São Bento, 1 de abril de 2020



GRUPO PARLAMENTAR

Os Deputados do PSD,

Carlos Peixoto

Isaura Morais

José Cancela Moura